

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PLDO propõe mínimo de R\$ 1.630 em 2026 2

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em alta, gastos tributários de Estados e União beiram 7,2% do PIB 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Não há grandes projetos depois do IR - LU AIKO OTTA 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita adicional para cumprir meta tem que chegar aR\$ 118 bi 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economistas veem arrecadação superestimada 11

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit da Previdência volta a pressionar contas públicas (Editorial) 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os 20 anos do Impostômetro e suas cifras exorbitantes (Artigo) 15

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dívidas: estados podem aderir a nova renegociação até dezembro 16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Consequências econômicas de um rei louco (Artigo) 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Importações de produtos chineses dispararam antes de efeitos do tarifaço 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Supermercados faturam R\$ 1,06 trilhão em 2024 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Base do orçamento 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

União pagou R\$ 2,5 bi de dívidas de estados e municípios no 1º tri 27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Brasil vive 'descoordenação entre os Poderes' e precisa de reforma política, diz Sarney 28

PLDO propõe mínimo de R\$ 1.630 em 2026

Diogo Zacarias » ROSANA HESSEL

A equipe econômica enviou, ontem, ao Congresso Nacional, sem estardalhaço, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 prevendo correção de 7,38% no salário mínimo atual, que passa de R\$ 1.518 para R\$ 1.630. Esse valor considera uma estimativa de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 4,76% mais o limite de 2,5% para o aumento real (acima da **inflação**) de despesas, como determina a regra do novo arcabouço fiscal.

Desde 2023, o governo voltou a corrigir o piso salarial pela soma da variação da **inflação** do ano anterior mais a do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes.

Mas é provável que esse valor ainda fique maior ao longo do ano, pois a projeção do governo para a **inflação** deste ano, no PL-DO, está otimista, assim como a expectativa de expansão de 2,5% no Produto Interno Bruto (**PIB**), acima dos 2,3% previstos pelo governo para 2025. A mediana das estimativas do mercado para a **inflação** segue em 5,65%, enquanto as apostas de crescimento do **PIB** deste ano e do próximo estão, respectivamente, em 1,98% e 1,61%.

Buraco

No PLDO de 2026, o governo manteve a meta fiscal prevista na proposta de 2025, e prevê superavit primário de 0,25% do **PIB**, o equivalente a R\$ 34,3 bilhões - folga de R\$ 3,9 bilhões na projeção do resultado positivo das contas públicas do próximo ano, de R\$ 38,2 bilhões. Mas, para fechar no azul na proposta, os técnicos incluíram nas estimativas de receita valores que ainda podem não ser concretizados e que dependem de aprovação do Legislativo. O tamanho desse buraco é de R\$ 118 bilhões, que exigirão uma série de medidas arrendatórias, segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal do Brasil**, Claudemir Malaquias. "Esse é o esforço necessário de medidas adicionais de receita e haverá a discriminação para todas as medidas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa)", disse ele, ontem, aos jornalistas, em referência à proposta orçamentária que deverá ser enviada ao Congresso em 31 de agosto.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/16/all.pdf>

Em alta, gastos tributários de Estados e União beiram 7,2% do PIB

Marta Watanabe De São Paulo

De 1,3% do **PIB** em 2002, os gastos tributários federais devem crescer para 4,8% em 2025. Nos Estados, o nível de gastos neste ano deve ser de 2,4%, metade da taxa da União. Juntos, os dois níveis devem chegar este ano a 7,2% do **PIB**, em avanço em relação aos 6,9% de 2024. Embora não sejam considerado muito alto em comparação a outros países, esse tipo de gasto vem crescendo ao longo do tempo e demanda melhor governança. Gastos tributários são políticas públicas que trazem renúncia fiscal e se dirigem a um grupo específico que se beneficia de tratamento diferente do que é considerado o sistema tributário de referência.

O gasto tributário no Brasil tende a ser irreversível porque é pouco transparente e há dificuldade de medir seu tamanho. Além disso, fica apartado do conjunto das políticas públicas e tende a ter baixo retorno social. É necessário criar uma regulamentação geral dos gastos tributários. Isso inclui desde a uniformização de conceitos e metodologias até a normatização de seu funcionamento. Precisa abranger também a avaliação de gastos no âmbito de Estados e municípios. O debate pode ajudar na consolidação fiscal num horizonte mais longo sem criar "ruído político muito grande" no curto prazo.

A avaliação e os dados são de estudo do economista Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), juntamente com o economista Giosvaldo Teixeira Júnior, também pesquisador do FGV Ibre. O levantamento parte de 2002 até o momento.

Os gastos tributários da União e Estados devem alcançar R\$ 821,3 bilhões em 2025, sendo R\$ 544,5 bilhões em 2025 e R\$ 276,8 bilhões de Estados. Os dados foram levantados do demonstrativo de gastos tributários da **Receita Federal do Brasil**, dos Projetos de Lei Orçamentária (PLOas) federais e de Leis de Diretriz Orçamentária (LDOs) dos Estados.

Pires defende que é preciso uma lei geral, com definição de um processo legal para os gastos tributários. "Ter que observar uma série de condições já restringiria a criação desse tipo de gasto. Também deveríamos ter um órgão gestor. Não tem

cabimento o gasto tributário, entendido como política pública, ser criado sem que nenhum órgão federal ou estadual tome conta dele. É preciso uma uniformização das metodologias de estimação para que esse gasto possa ser calculado mais ou menos da mesma forma, tornando os dados comparáveis e trazendo clareza maior."

Essa normatização geral, avalia, teria papel similar ao que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) teve para estruturar estatísticas fiscais e finanças públicas do país. "A LRF se desgastou ao longo do tempo, mas pode ser reformulada, com reforço de compromissos políticos e critérios técnicos, numa evolução normal da legislação. Com o gasto tributário seria o mesmo. Uma legislação inicial trará impactos e seria possível melhorá-la à medida que perder o poder de enforcement."

Do ponto de vista político, diz, seria bom caminho para o governo. "Vemos o governo já preocupado com o ciclo eleitoral. No Congresso, o ambiente de cooperação que possibilitava ao Ministério da Fazenda aprovar medidas de ajuste parece ter ficado um pouco mais difícil. A discussão sobre gastos tributários tem efeito de longo prazo, sem necessariamente levar a grande conflito distributivo político no curto prazo. Avançar nessas medidas ajudaria no processo de consolidação fiscal, sem gerar ruído político muito grande."

Para abordar a complexidade do tema, Pires cita frase de William Deming, considerado o "pai" da gestão por qualidade: "Não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, e não há sucesso no que não se gerencia". A frase, diz, expressa o estado de coisas que envolvem os gastos tributários, um fenômeno que não é só brasileiro, mas mundial.

Nem toda renúncia fiscal, explica, é gasto tributário. Para ser definido como tal, explica, o incentivo fiscal precisa ser concedido a determinados setores, grupos econômicos ou sociais. "É preciso haver uma renúncia fiscal ou o Estado tem que perder alguma receita com o tratamento diferenciado." Para isso, ressalta, é preciso definir, portanto, qual o sistema de referência. É o que permite saber o que é o "tratamento normal" do "tratamento diferenciado". A definição disso, observa, envolve dis-cricionariedade muito grande, o

que gera controvérsia. "E no gasto tributário há uma entrada de receita no Orçamento, que depois tem um gasto associado, financiado por essa receita. Há uma saída do Orçamento gerando um gasto. Ou seja, existe uma natureza de política pública nessa discussão que é muito importante."

Na esfera federal, exemplifica, considerando o Projeto de Lei Orçamentária (PLOa) de 2025, o Simples Nacional está no topo da lista, com 22,2% do gasto tributário total da União, seguido de incentivos à agricultura e agroindústria. Na sétima posição, Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio representam 5,5%. O Simples, explica, é um gasto tributário típico. "É um benefício fiscal para empresas consideradas de pequeno porte, porque elas não têm o mesmo nível de produtividade, são grandes empregadoras, não têm acesso ao sistema de crédito. Zona Franca de Manaus é outro exemplo, com renúncia fiscal grande para atividades empresariais na Zona Franca."

Mas a atual isenção de lucros e dividendos, que o governo agora quer voltar a tributar, diz, não é considerada como gasto tributário, porque não diferencia ninguém. "Todos que têm renda de lucros e dividendos são isentos." "Essa definição envolve grau de arbitrariedade grande", diz Bráulio Borges, também pesquisador do FGV Ibre. "O Simples, que é gastos tributário, é muito comparado com o lucro presumido, que gera também renúncia fiscal e resulta em pejoatização. Mas o lucro presumido não é gasto tributário por ser considerado pela **Receita Federal** como parte do sistema tributário de referência. O Repetro também não é gasto tributário", diz, referindo-se ao regime especial que dá incentivo fiscal à importação de determinados equipamentos para exploração de petróleo.

A questão não envolve o que é justo ou não, destaca Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre. Esse debate, avalia, mostra o quão complexa é a discussão de gasto tributário e os cuidados que o tema merece. "Por isso estabelecer uma legislação definindo bem o que são gastos tributários é uma saída inexorável no processo."

"Como envolve alguma arbitrariedade, a própria definição de gasto tributário causa falta de transparência, um dos grandes problemas desse tipo de gasto: você não sabe exatamente o que é e o que não é, sempre há margem para discussão", observa Pires.

Mesmo quando se define a renúncia fiscal como gasto tributário, diz, a mensuração é complicada, porque há sempre comparação entre as empresas beneficiadas com as empresas com "tratamento normal". "Mas, se

você tirar o incentivo, muito provavelmente as indústrias vão se organizar de outra forma. Não se consegue captar o efeito comportamental para ter a medida correta da renúncia."

Por isso, diz Pires, a dificuldade de monitoramento e avaliação é enorme. "Isso resulta em fragmentação muito grande do Orçamento público. Há uma série de políticas que nem sequer passam de maneira recorrente pelo Congresso. Não há clareza sobre o tipo de política pública que está no Orçamento. Isso dificulta dimensionar qual é o incentivo total que determinados setores econômicos recebem e leva à falta de coordenação das políticas. Essas questões levam a uma tendência de irreversibilidade. Porque os lob-bies atuam exatamente nessa opacidade, nessa dificuldade de monitorar e de avaliar."

É mais fácil fazer discussões sobre política de pessoal, que se discute e reajusta todo ano, diz. "Mas não conseguimos fazer o mesmo nível de debate no gasto tributário. Por isso esse gasto tende a ter retorno social muito mais baixo do que políticas públicas estruturadas e discutidas todo ano no Orçamento, como Previdência, Farmácia Popular, Bolsa Família."

Borges lembra que o Perse - benefício destinado a empresas do setor de festas e eventos, afetadas pela regras de isolamento social durante a pandemia de covid-19 - é um gasto tributário que custou R\$ 15 bilhões ao ano, quase três vezes mais do que o setor e o governo estimaram inicialmente. Foi possível detectar isso, lembra, com a nova Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), que pode permitir avaliação mais adequada no nível federal.

"O caso do Perse é emblemático. A Dirb vai ajudar a medir melhor o custo fiscal e reforçar o debate sobre a necessidade de melhorar a governança e controle", defende Pires.

Mapeamento feito pelo Coun-cil of Economic Policies (CEP), sediado na Suíça, mostra que o Brasil está na sétima colocação no ranking de transparência de gastos tributários. A Coreia do Sul ficou em primeiro lugar. No caso do Brasil o ranking se baseou, conta Pires, em avaliação feita por pesquisadores do FGV Ibre, que incluiu análise dos gastos tributários dos Estados. Mas Pires lembra que, entre os países analisados pelo CEP, "todo mundo vai mal" no tema da transparência. O Brasil, aponta, ficou em sétimo com pontuação de 65,3 de um máximo de 100.

Houve melhora gradual nos gastos tributários do país, ao longo do tempo, pondera Pires. No nível federal, há mais transparência e existe estabilidade metodológica, tornando os dados comparáveis. Na parte da

avaliação, porém, diz, "estamos mais devagar" e há pontos de atenção. Há renúncias fiscais, diz, que não são considerados gastos tributários e para as quais não há muitas informações. "A Receita podeira ter instrumentos de divulgação para medir qual é o custo fiscal do lucro presumido ou do Repetro, ainda que não sejam gastos tributários", diz.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188170>

Há também pouco avanço na governança, diz. "Esse debate não existe no Brasil. No Bolsa Família, por exemplo, há lei que definiu quem tem acesso ao programa, quem administra, quais são os mecanismos de controle, há coordenação com Estados e municípios. Com gasto tributário isso não existe. Não há indicação de órgão gestor e nem definição de quem administra a política."

Nos Estados, avalia, o critério do que é gasto tributário é bastante heterogêneo. "Cada um trata de um jeito. Há Estados, como Rio Grande do Sul e Espírito Santo, que melhoraram muito em governança, mensuração e transparência do gasto tributário. Mas, apesar de um de melhoria e preocupação crescente com o tema, os dados estaduais possuem muitas fragilidades, o monitoramento é precário e os sistemas de governança e avaliação são praticamente inexistentes." Como houve dados inconsistentes e mudanças metodológicas no decorrer dos anos, explica, a série dos Estados permite comparar apenas dados desde 2023.

Pires destaca que os gastos tributários se concentram mais nos **tributos** sobre consumo. O total de gastos tributários equivale a 26,8% da arrecadação do país. Os **tributos** sobre consumo são 6,7%, pelos últimos dados disponíveis, de 2023.

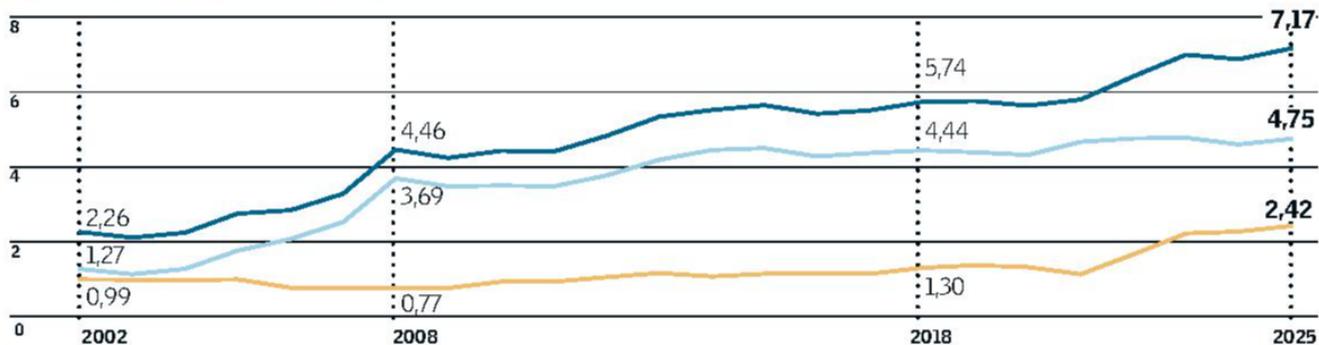
Borges lembra que com a **reforma tributária** sobre consumo, com a introdução da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o nível de gastos tributários cairia 1,5 p.p. do **PIB** no nível federal e cerca de 2 p.p. no nível estadual, até 2032. Isso, porém, considera as condições atuais. Outros incentivos podem ser criados e é preciso lembrar que a reforma, explica, muda a lógica do sistema.

"Não sabemos, por exemplo, como as alíquotas zero ou reduzidas de CBS e IBS serão tratadas, se serão gastos tributários", diz Pires. "Será preciso refazer a definição do sistema tributário de referência. Se for considerado que a alíquotas zero ou as reduzidas estão na Constituição e fazem parte do aspecto estrutural do imposto, pode ser que se tenha o mesmo entendimento que há para o lucro presumido hoje, por exemplo." O lucro presumido tem impacto fiscal relevante, mas não é considerado gasto tributário.

Gastos tributários avançam

Federais e estaduais* - % do PIB

● Total dos gastos ● Total Federal ● Total Estadual



Fonte: LDOs das UFs, Demonstrativo de Gastos Tributários da RFB e SEFAZ/RS (2020), com elaboração do FGV Ibre. *Para gastos tributários federais: (2002-2007 e 2022-2024) Previsão PLOA e (2008-2021) Base Efetiva

Não há grandes projetos depois do IR - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Na estratégia do Ministério da Fazenda, a reforma do Imposto de Renda é o último grande projeto a ser negociado no Congresso Nacional. Não se vê espaço para outras discussões de grande envergadura como essa até o fim de 2026.

Isso coincide com o programa que estava desenhado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desde o início do governo. Nele, 2025, principalmente o segundo semestre, seria mesmo o período para discutir o Imposto de Renda. O plano sempre foi não deixar medidas importantes para serem discutidas no Congresso em 2026.

O primeiro ano desse planejamento foi intenso: começou com as negociações para tentar evitar um aumento exagerado das despesas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. Que, na visão de integrante da pasta, atendeu uma necessidade de redução da pobreza e da desigualdade que não podia ser deixada de lado naquele momento.

Os gastos adicionais de R\$168 bilhões tiveram, do outro lado da balança, a instituição do arcabouço fiscal como substituto do teto de gastos. Estava ali o plano de voo para estabilizar a dívida pública, ainda que gradualmente.

Em seguida, as atenções ficaram concentradas em retomar, para a União, o voto de desempate no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A medida serviu para estancar uma sangria de receitas, mas não para reforçar o caixa. No ano passado, esperavam-se R\$ 55,6 bilhões, mas foram arrecadados apenas R\$ 307 milhões. A previsão deste ano, de R\$ 28,6 bilhões, será cortada.

Por outro lado, o governo obteve uma vitória histórica ao conseguir passar pelo Legislativo a PEC da **Reforma Tributária**. Adicionalmente, foi aprovado um pacote de propostas para ajustar as contas pelo lado da receita, chamado de "recomposição fiscal". Fizeram parte dele medidas como a mudança na taxa de offshores e dos fundos exclusivos, além da regulação das subvenções do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre outros.

O ano seguinte foi dedicado ao ajuste pelo lado das despesas, com revisão de gastos. O corte foi menor do que o desejado, admite-se na área econômica. Mas isso, somado ao pacote de redução de despesas apresentado no final do ano - igualmente desidratado - , serviu para amenizar as preocupações de analistas quanto à possibilidade de abandono do arcabouço fiscal em 2026.

O ano de 2024 foi também marcado pelo afrouxamento das metas de resultado fiscal para 2025, 2026 e 2027 e por uma forte desconfiança, por parte de agentes de mercado, quanto à condução das contas públicas. Planos de ajuste estrutural do Orçamento, patrocinados pela equipe econômica, foram parcialmente barrados por Lula, num primeiro momento, e pelo Congresso, em seguida.

Apesar disso, o quadro das contas primárias (que não consideram os gastos com juros da dívida) não é visto como explosivo nem pelo governo nem por especialistas em contas públicas. Há, porém, uma preocupação em comum: o crescimento da dívida pública, sobretudo no atual quadro de juros elevados.

Nas projeções divulgadas ontem, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) sairá de 76,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024 para um pico de 84,2% do **PIB** em 2028. Só então começará a cair.

Nesse ponto, a resposta do governo é cumprir as metas de resultado primário, que com o tempo levarão ao objetivo de estabilizar o endividamento.

Há inclusive um esforço para melhorar a qualidade do resultado fiscal. Buscar, em 2025, um resultado menos contaminado por exceções, evitando repetir 2024.

Ontem, o governo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que estabelece como meta para 2026 um resultado primário positivo em 0,25% do **PIB**.

O superávit proposto precisará de medidas adicionais de contenção de gastos e estará pressionado pelo ano eleitoral, disseram especialistas em contas públicas a Guilherme Pimenta e Jéssica SantAna, do Valor.

O governo avalia ser possível cumprir a meta. Aposta nos instrumentos legais que já existem para alcançar

esse objetivo. Existem providências a serem tomadas no campo administrativo, que por isso mesmo não precisam de aval do Congresso, para concretizar medidas que vão elevar a arrecadação e conter despesas.

E háo básico: contingenciar despesas se as projeções de receitas apontarem para um resultado primário menor do que a meta. No passado, lembra-se nos bastidores da área econômica, Lula autorizou grandes congelamentos nos gastos para fazer superávit, quando foi necessário. Não seria novidade para ele.

Evidentemente, um freio forte nas despesas será combatido pelo campo político do governo. Ainda mais em ano eleitoral.

No sentido contrário existe o apelo da responsabilidade fiscal, que não combina com metas fiscais descumpridas. Lula já ouviu que estabilizar o endividamento traz mais benefícios ao país do que qualquer medida adicional que se possa adotar a essa altura do campeonato.

Eis o dilema que está sobre a mesa do presidente.

Lu AikoOtta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188170>

Receita adicional para cumprir meta tem que chegar a R\$ 118 bi

Estevão Taiar, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana De Brasília

O governo precisará de R\$ 118 bilhões em receitas adicionais para cumprir a meta de superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2026 proposta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) enviado na terça-feira (16) ao Congresso Nacional. É a primeira vez que o governo propõe uma meta de superávit, após dois anos mirando zerar o déficit das contas públicas.

Para chegar nessa receita adicional, o governo lançará novas medidas que envolvem melhoria do ambiente de negócios, mecanismos de facilitação de recuperação de créditos em litígio e recuperação dos créditos tributários. Essas medidas devem precisar de aprovação do Legislativo, por isso serão encaminhadas até 31 de agosto deste ano, data de envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, as medidas a serem propostas não envolvem aumento da carga tributária. "Existe toda uma preocupação de extrair da administração tributária projetos que visem a recuperação do gap de reconhecimento, ou seja, aquela parcela da tributação já prevista na legislação e que não é ainda alcançada", disse Malaquias.

Apesar do desafio pelo lado das receitas, o governo projeta no PLDO que alcançará no próximo ano um superávit de R\$ 38,2 bilhões, com uma sobra de R\$ 3,9 bilhões em relação à meta, que é de R\$ 34,3 bilhões, em valores nominais. Os números, contudo, excetuam R\$ 55 bilhões em precatórios que serão pagos fora da meta, conforme autorização dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para os próximos anos, a peça previu as seguintes metas de superávit: R\$ 73,4 bilhões (0,5% do **PIB**) em 2027; R\$ 157,3 bilhões (1% do **PIB**) em 2028 e R\$ 210,7 bilhões (1,25% do **PIB**) em 2029. Em todos os casos, a meta tem intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB** para mais ou para menos.

A secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, afirmou que o ano de 2027 será "desafiador" em termos fiscais, já que todo o gasto com precatórios

precisará ser incluído nos cálculos para cumprimento da meta de resultado primário e do limite de gastos, pois acabará o "waiver" dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para continuar pagando parte dessa despesa fora da meta. Especialistas são unânimes em dizer que, provavelmente, o governo terá de mexer no limite de gastos ou pedir um novo "waiver" ao Supremo.

"Temos que trabalhar nesse tema dos precatórios para 2027, mas ainda não projetamos no PLDO 2026 [uma solução]", disse o secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes. O total de precatórios previstos para 2026 no PLDO é de R\$ 79,3 bilhões, sem considerar requisições de pequeno valor (RPVs). Desse total, R\$ 55 bilhões serão pagos fora da meta fiscal, por autorização do Supremo. Já o valor total para sentenças judiciais em 2026 é de R\$ 116 bilhões.

Para 2027, a projeção é que o Executivo federal desembolse R\$ 124 bilhões com sentenças judiciais (precatórios e RPVs). A partir de 2027, o governo não terá mais o "waiver" do STF e todo o gasto com precatório voltará a ser computado dentro das regras fiscais - tanto o limite de despesas como a meta de resultado primário.

Montes afirmou que a conta alta de precatórios ajuda a explicar a redução em 41% nas despesas discricionárias projetadas para 2027 na comparação com 2026. Essas despesas incluem investimento e custeio da máquina pública. "O número para a despesa discricionária em 2027 é desafiador, muito baixo. Entendemos que temos que tomar medidas de revisão de gastos e de benefícios tributários", citou o secretário.

Apesar da citação, o anexo de revisão de gastos do PLDO prevê, apenas, uma economia de R\$ 8,9 bilhões em 2026 com ações de pente-fino em benefícios previdenciários, Proagro e Benefício de Prestação Continuada (BPC). "Isso não significa que outras medidas não serão tomadas", frisou Montes. Segundo o secretário, mais medidas de revisão de gastos poderão ser apresentadas até o PLOA.

O PLDO 2026 traz, ainda, um novo cenário para as projeções da dívida pública no período de dez anos. De acordo com o documento, a estimativa para a dívida bruta do governo geral é de 81,8% do **PIB** para

2026, atingido com o pico em 84,2% em 2028. Depois, a dívida entra em trajetória de queda, atingindo 82% em 2034. As projeções mostram uma dívida bruta maior do que aquela presente no Relatório de Projeções Fiscais, divulgado em dezembro pelo Tesouro e que mostrava o indicador em 75,6% do **PIB** em 2034.

Varga explicou que a piora na trajetória da dívida é reflexo de uma política monetária mais restritiva, mas não deve prejudicar a meta do governo de obter grau de investimento, pois as agências de classificação de risco olham o todo, como as medidas adotadas pelo governo no âmbito fiscal e também a **reforma tributária**, que tende a trazer ganhos de eficiência para a economia.

"Todas as melhoras institucionais sinalizam que o país tem adotado as medidas necessárias para que essa trajetória da dívida estabilize e se reduza, não obstante os choques da política monetária", afirmou a secretária-adjunta do Tesouro. "Esperamos que esforços da política fiscal sejam refletidos na obtenção do grau de investimento."

A entrevista coletiva de ontem não contou com as participações do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, do secretário-executivo do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, do secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e do secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. A presença dessas três autoridades foi praxe nos últimos anos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188170>

Economistas veem arrecadação superestimada

Anais Fernandes De São Paulo

A previsão de receitas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2026, em especial aquelas administradas pela **Receita Federal**, está superestimada na avaliação de economistas ouvidos pelo Valor. Eles apontam também para a proximidade de um "shut-down", isto é, paralisação da máquina pública, diante da estimativa cadente de despesas discricionárias (não obrigatórias).

A projeção de receitas está "bastante inflada", com um crescimento real de 5,5% sobre a base de 2025, que já foi engordada por "diversas medidas que não devem se concretizar", diz Tiago Sbardelotto, economista da XP, citando como exemplo a previsão de arrecadação com mudanças no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

"Se vai ser difícil atingir essa arrecadação em 2025, vai ser ainda mais chegar ao valor apresentado em 2026. Em consequência disso, 2027, 2028 e 2029 também ficam superestimados", afirma Rai Chicoli, economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos.

Para Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, as premissas de receita em 2026 parecem "heroicas", considerando ainda um crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) estimado pelo governo em 2,5% no ano. A mediana do boletim Focus, pesquisa do Banco Central com agentes financeiros, indica alta de 1,61%.

Leal de Barros e Chicoli destacam a projeção superestimada especificamente das receitas administradas pela Receita, como PIS/Cofins e IRPJ/CSLL.

A consequência disso, apontam, é que a trajetória da dívida - ainda que tenha sido elevada pelo governo devido à incorporação de uma premissa pior para a Selic - continua "muito benigna", diz Chicoli. "É porque a premissa de primário é muito otimista", afirma Leal de Barros.

A equipe da Warren Investimentos nota que o objetivo de 2026 seria cumprido, do lado da arrecadação, com arrecadação líquida de 18,8% do **PIB**, mas, no ano passado, a receita líquida de transferências foi de 18,4%. Ou seja, seria necessária uma alta de 0,4

ponto percentual (p.p.) em dois anos, frente a um patamar já elevado de arrecadação, enquanto a Warren projeta arrecadação líquida de 18,1% do **PIB** em 2026, 0,7 p.p. a menos do que no PLDO apresentado ontem.

Do lado das despesas, os gastos, em geral, parecem subestimados, diz Felipe Salto, economista-chefe da Warren. Isso permitiu ao governo produzir um déficit projetado inferior a R\$ 20 bilhões - de R\$16,9 bilhões ou 0,12% do **PIB** - e, descontando o pagamento de precatórios, cumprir a meta de superávit de 0,25% do **PIB** em 2026. A projeção da Warren, para fins de comparação, no entanto, é de um déficit de 0,8% do **PIB**. Nesse sentido, a equipe considera "pouco realista" o PLDO apresentado.

Sobre as despesas, Leal de Barros destaca que o projeto para 2026 parece ainda conter alguma economia relevante com o pente-fino em benefícios sociais.

"Apesar de a medida ser mais do que necessária eirna direção correta, dado o enorme nível de benefícios sendo concedidos de forma irregular, o próprio governo tem revisado para baixo as projeções de economia. Ou seja, a economia estimada e prevista tem sido recorrentemente frustrada, o que reduz notavelmente a confiança de que a economia projetada no PLDO 2026 será entregue", afirma. Para ele, faltou, no entanto, mais transparência na apresentação do governo sobre informações relevantes, como a economia com o pente-fino, a abertura das despesas com precatórios e quais medidas extraordinárias podem ser adotadas do lado da receita.

Na coletiva, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, disse que, para alcançar a meta de primário de 2026, o governo precisará de um esforço do lado das receitas de R\$ 118 bilhões e que isso seria feito a partir de programas que ainda serão divulgados, envolvendo recuperação de crédito tributário, redução de litígios e execução do crédito tributário.

"Vemos a meta de 2026 como de difícil alcance: em nossa conta, faltam R\$ 110 bilhões para o centro da meta o que, em um cenário com forte restrição política

e pouca disposição para corte de gastos, deve levar a uma possível rediscussão da meta", diz Sbardelotto, da XP.

Economistas destacam também que a previsão para despesas discricionárias está cada vez mais baixa. "Mesmo considerando essa economia [com o pente-fino], que reduz o gasto obrigatório, há importante compressão do gasto discricionário. De outra forma, no cenário alternativo em que o pente-fino frustre, as discricionárias seriam ainda mais baixas, aproximando-se do patamar de 'shutdown'", afirma Leal de Barros.

Para Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Bar-clays, a compressão de despesas discricionárias a cada ano em direção a zero, como proporção do **PIB**, em 2029, conforme estimado no PLDO, ilustra a insustentabilidade do atual arcabouço na ausência de reformas estruturais dos gastos, incluindo a rigidez de despesas obrigatórias, como os pisos constitucionais da saúde e educação, e o pagamento de precatórios que retornam às regras fiscais em 2027.

O governo indica uma dívida se estabilizando entre 2028 e 2029, ao redor de 84% do **PIB**, nota a Warren, mas, mesmo nessas projeções oficiais mais otimistas, isso só seria possível com a virtual extinção das despesas discricionárias em 2029, quando cairiam para 0,1% do **PIB**, aponta a equipe.

"Nosso cenário base é de que um superávit sustentado só seria atingido em 2029 e a dívida ainda continuaria a crescer até 2034, atingindo 94,7%", afirma Sbardelotto.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188170>

Déficit da Previdência volta a pressionar contas públicas (Editorial)

O ritmo de aumento dos gastos da Previdência foi atenuado pela reforma de 2019, mas segue uma trajetória de crescimento que se tornará insustentável nos próximos anos. O problema ganhou nova dimensão em projeções explosivas elaboradas pelo Tesouro Nacional para os gastos da **Previdência Social** dos empregados do setor privado - o Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS) - em seu mais recente Balanço Geral da União.

A expectativa do Tesouro é que, neste ano, as despesas com a **Previdência Social** dos empregados do setor privado ultrapassem o R\$1 trilhão pela primeira vez, chegando a R\$ 1,032 trilhão, ou 8,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), enquanto as receitas devem ficar em R\$ 693,5 bilhões (5,5% do **PIB**). Dessa forma, o déficit da Previdência deve ser de R\$ 338,1 bilhões, o equivalente a 2,68% do **PIB**.

Em 2024, apenas quatro anos depois da entrada em vigor da reforma, o déficit do RGPS foi de R\$ 304,6 bilhões, ou 2,52% do **PIB**. Até houve uma melhora em relação a 2023, quando o rombo ficou em 3,75% do **PIB**, propiciado pelo crescimento econômico acima do esperado e pelo mercado de trabalho aquecido, fatores que aumentaram as contribuições e elevaram as receitas no ano passado. Para alguns especialistas, o pagamento de precatórios também ajudou. Mas as despesas continuaram crescendo.

O Tesouro prevê que o déficit da Previdência dos trabalhadores do setor privado ficará ao redor do patamar atual até 2030, quando deverá subir sensivelmente e chegar a 2040 em 3,57% do **PIB**. Daí em diante, a perspectiva é de um aumento de 1,5 a 2 pontos do **PIB** nas décadas seguintes, atingindo preocupantes 11,61% do **PIB** em 2100 - em 75 anos, quando as receitas previdenciárias devem somar nada menos que R\$ 13,8 trilhões (5,4% do **PIB**), enquanto as despesas com benefícios atingirão R\$ 43,8 trilhões (17% do **PIB**).

O levantamento do Tesouro não engloba a Previdência de funcionários públicos federais nem dos militares, que representam 30% do déficit previdenciário total, e constituem outras bombas de efeito retardado. Incluindo ambos, o gasto total com a previdência em 2024 chegou a R\$ 416,8 bilhões (3,45% do **PIB**).

O déficit dos **servidores públicos** e militares vem apresentando queda nos últimos anos, com o aumento das receitas com contribuições previdenciárias. No entanto, tanto a Previdência dos **servidores públicos** quanto a dos militares têm mais servidores em inatividade do que em atividade, o que causa defasagem crescente e demanda financiamento permanente. No **INSS** ainda há mais trabalhadores em atividade do que aposentados, em uma razão de 1,6, embora esse patamar esteja abaixo do mínimo de 3 para equilibrar regimes previdenciários de repartição simples, calculado por especialistas. O **INSS** é responsável pelo pagamento de benefícios para quase 30 milhões pessoas. Já o regime dos **servidores públicos**, por exemplo, atende apenas cerca de 1 milhão de funcionários públicos.

Em termos per capita, a diferença é gritante, e os números reforçam a necessidade de mudança de regras para todos os regimes. Não há caminho para reduzir o déficit público que não passe por encarar os problemas da Previdência. Em um cenário de crescimento econômico menor, como o previsto para este ano, e possível recuo do mercado de trabalho, o financiamento do déficit da Previdência será ainda mais problemático.

Um dos motivos do aumento crescente das despesas com a Previdência é a vinculação dos benefícios à política de aumento real do salário mínimo. Nada menos do que 70% dos benefícios pagos pelo **INSS** o seguem. Para pagamentos acima do mínimo a correção é somente pela **inflação**. Neste ano, as aposentadorias, pensões e outros benefícios do **INSS** no valor de um salário mínimo foram reajustados em 7,51%, enquanto os benefícios maiores foram corrigidos em 4,77% (a variação do INPC). Esse reajuste maior para os benefícios iguais ao salário mínimo é previsto até 2100 pelo governo.

O próprio envelhecimento da população, que será mais acelerado a partir de 2030, apresenta mais desafios para a política previdenciária, uma vez que causa a redução da população que contribui e aumenta o número dos que têm direito aos benefícios. Além disso, algumas regras de transição da reforma de 2019, que adiou parte dos pedidos de aposentadoria, param de fazer efeito a partir de 2030.

São várias as providências que podem ser tomadas na

Previdência do setor privado. Sem falar nas relacionadas aos militares e funcionários públicos, alguma das quais já em tramitação no Congresso. Há sugestões no âmbito da aposentadoria rural e no regime do Microempreendedor Individual (MEI), além de algum mecanismo de aumento automático de correção da idade de aposentadoria ou revisão do benefício conforme cresce a expectativa de vida. Se fossem adotadas paulatinamente, evitariam o impacto certamente negativo e custoso politicamente de uma nova grande reforma da Previdência.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188170>

Os 20 anos do Impostômetro e suas cifras exorbitantes (Artigo)

Roberto Mateus Ordine

Roberto Mateus Ordine Presidente da Associação Comercial de São Paulo

No dia 20 de abril, o Impostômetro, criado em 2005 pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) em parceria com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), completa 20 anos. Com a proposta de mostrar ao contribuinte, em tempo real, o quanto os brasileiros têm pago em **impostos** municipais, estaduais e federais, o famoso painel localizado na Rua Boa Vista, Centro Histórico de São Paulo, chama a atenção de todos aqueles que passam pelo local.

O objetivo da criação do Impostômetro foi o de não apenas mostrar aos cidadãos que eles são contribuintes e que pagam cada vez mais **impostos**, como mostrar à população que, como contribuinte, têm o direito de exigir do poder público serviços proporcionais ao que pagam de **tributos**.

Causa muita indignação nos brasileiros a conta da alta carga tributária, que acumulada nos 20 anos de **impostos** apresenta números estratosféricos na casa de R\$ 40 trilhões, o que coloca o Brasil como um país com uma das maiores cargas tributárias do mundo, com 33% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024.

O sistema tributário brasileiro é considerado um dos mais complexos do mundo. Atualmente são 90 **tributos** inseridos nesse sistema, que é oneroso, burocrático e dificulta o crescimento das empresas.

Enquanto não fizermos uma reforma administrativa que permita não apenas reduzir os gastos, como aumentar a eficiência do setor público, não se deveria pensar em **reforma tributária** para sancionar gastos sem controle e eficiência.

Os efeitos dessa alta carga tributária do consumo composta por PIS/Cofins, ICMS e IPI refletem-se no poder de compra do consumidor. O resultado é que se está aprovando uma proposta extremamente complexa, que vai aumentar a burocracia e, o que é pior, que afeta negativamente as empresas menores, podendo resultar na inviabilização do Simples.

A alta carga tributária e a má administração dos recursos impossibilitam o País de crescer e tornar-se

competitivo internacionalmente. Com isso, investidores estão cada vez mais buscando outros mercados com carga tributária menor. O Brasil precisa de responsabilidade fiscal.

O Impostômetro está aqui para mostrar aos brasileiros que esse cenário precisa mudar urgentemente. Nós, contribuintes, devemos cobrar do Estado reforma e corte de gastos públicos, além de uma política fiscal que direcione esse volume arrecadado para serviços públicos de qualidade.

Somente assim será possível reverter o descompasso do cenário econômico e fiscal brasileiro.

A alta carga tributária e a má administração dos recursos impossibilita o País de crescer e tornar-se competitivo internacionalmente

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dívidas: estados podem aderir a nova renegociação até dezembro

Agência Brasil

Os estados e o Distrito Federal já podem aderir ao Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag), que prevê descontos em juros e financiamento do saldo das dívidas estaduais em até 30 anos. Em troca, os estados que aderirem vão aportar recursos para o Fundo de Equalização Federativa (FEF), que distribuirá dinheiro mesmo aos que não tiverem débitos com a União, para investimento em educação, segurança pública, saneamento, habitação, transportes e outras áreas. Administrado pelo Banco do Brasil, o FEF terá 20% dos recursos partilhados conforme o inverso da dívida estadual (quem deve menos recebe mais), com os 80% restantes distribuídos conforme os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), usado para repartir os recursos do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Segundo Ceron, ainda não há estimativas de quanto o FEF arrecadará porque o montante dependerá de quantas unidades da Federação aderirem ao Propag. A ideia é que os estados pouco endividados e bons pagadores sejam recompensados com mais investimentos em educação, segurança e infraestrutura.

O Propag também permite que os estados amortizem até 20% do saldo devedor oferecendo ativos à União, como empresas estatais locais, royalties de petróleo, imóveis, créditos a receber e dívida ativa estadual ou distrital, entre outras. Em troca, os estados terão menos contrapartidas em investimentos diretos e poderão reduzir os aportes ao FEF.

Sancionado no início do ano, o Propag foi regulamentado ontem. Na ocasião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou pontos que trariam impacto sobre o resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

Investimentos Em entrevista coletiva nessa segunda-feira (14), o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o Propag permitirá aos estados ampliar o investimento em cerca de R\$ 20 bilhões por ano (em valores atuais). Assim como no caso da União, esses investimentos não devem impactar o resultado primário dos estados.

Pelas regras do programa, explicou Ceron, em troca do valor que os estados poderão investir a mais, serão reduzidos os limites de crédito que os governos estaduais poderão pegar emprestados no sistema financeiro. Dessa forma, o impacto final do programa sobre os cofres estaduais será neutralizado.

Todos os anos, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estipula o limite de crédito que os estados e os municípios podem pegar emprestado. A redução dos limites de crédito precisa ser aprovada pelo conselho.

Contas da União

A União, informou Ceron, deixará de receber de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões por ano (em valores atuais) em juros da dívida dos estados. O secretário, no entanto, esclareceu que o impacto sobre os cofres federais não afetará o resultado primário, resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública e usado para apurar o cumprimento das metas fiscais.

Segundo Ceron, o dinheiro que o governo federal não receber afetará operações financeiras que impactam a dívida pública líquida (diferença entre o que a União deve e tem a receber), sem ser contabilizado no resultado primário da União.

Apenas em alguns casos, em que estados oferecerem à União participação em ações de estatais locais para amortizar a dívida, haverá um impacto residual sobre o resultado primário. Isso porque o governo federal herdará lucros e prejuízos dessas empresas, aumentando ou reduzindo o déficit.

Em janeiro, o Tesouro tinha informado que o Propag aumentaria a dívida pública federal em

até R\$ 105,9 bilhões de 2025 a 2029 no pior cenário, em que os estados não oferecerem ativos à União e não amortizarem os débitos. No melhor cenário, a União arrecadará até R\$ 5,5 bilhões no mesmo período, caso os estados transfiram R\$ 160 bilhões em ativos à União e amortizem a dívida nos primeiros cinco anos.

Vetos

Apesar da insatisfação de diversos governadores, que têm pressionado as bancadas estaduais a votarem

pela derrubada dos vetos à lei complementar do Propag, Ceron disse que a equipe econômica não trabalha com essa possibilidade. Segundo ele, o projeto de lei foi amplamente negociado entre a União e o Ministério da Fazenda. Os governadores do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul já fizeram manifestações favoráveis à derrubada dos vetos. Um dos pontos de maior polêmica é a retirada da possibilidade de que os estados usem recursos do futuro Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) para abater débitos com a União. Criado pela **reforma tributária**, o FNDR combaterá desigualdades regionais.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=136265>

Consequências econômicas de um rei louco (Artigo)

Por Martin Wolf

Cortem-lhes a cabeça". Esta é a frase que a Rainha de Copas, a encarnação do capricho monárquico em "As aventuras de Alice no País das Maravilhas" adora pronunciar. Ela pode ser divertida. A realidade, porém, não é. Ao longo da história, governantes absolutos trouxeram miséria tanto para seus povos quanto para suas próprias famílias. Suas cortes costumam ser focos de bajulação, favoritismo e corrupção. Esse é o preço do despotismo arbitrário.

Na melhor das hipóteses, a história dos povos de língua inglesa, incluindo os Estados Unidos, tem sido a de domar o poder arbitrário. Foi uma luta longa e árdua, que vai da Carta Magna de 1215 ao exílio de James II e a Declaração de Direitos de 1689, passando pela guerra civil do início do século XVII e a execução de Charles I em 1649. Aqueles que condenaram o monarca deposto à morte o consideraram, com razão, culpado de buscar "um poder ilimitado e tirânico para governar segundo sua própria vontade".

A Declaração de Independência e a ratificação da Constituição dos EUA foram mais um passo nessa guerra contra o absolutismo. O mesmo aconteceu com a guerra civil nos EUA, que estabeleceu o princípio de que ninguém deveria ter poder absoluto sobre outra pessoa.

O que está acontecendo hoje nos EUA é de importância histórica e também significado global, porque está em jogo a sobrevivência dos limites ao exercício arbitrário do poder. Ninguém que tenha conhecimento da catástrofe do século XX pode ignorar a gravidade dessa questão.

Substituir a tirania pelo Estado de Direito - com os tribunais encarregados de interpretá-lo e o legislativo de formulá-lo - atende tanto a objetivos morais como práticos. Só em um Estado assim, as pessoas podem se sentir seguras contra o despotismo. Um governo que ignora esses limites é uma tirania. Como observa o comentarista Andrew Sullivan: "A América é construída sobre a autoridade legal. Trump é movido por poder bruto. A América foi fundada com base na fé na razão. Trump confia apenas no próprio instinto". Estamos testemunhando um ataque cuidadosamente planejado contra a própria República.

Também recebemos uma lição clara sobre os custos econômicos, algo que os apoiadores ricos e poderosos de Trump ignoraram cegamente. Como observei em junho passado, "Biden pode ser velho. Mas Trump é louco e, infelizmente, não é um louco divertido. É um louco perigoso. Os instintos de Trump também são os de um ditador". E, de fato, foi exatamente isso que se confirmou.

As guerras comerciais que Trump iniciou são uma demonstração clara dos perigos envolvidos. De forma impressionante, o "monitor de tarifas" do "Financial Times" lista 25 anúncios relevantes de política comercial feitos pelos EUA e pelos países que têm sido alvos dessas medidas-tudo isso em menos de três meses. Entre os dias 2e11 foram sete anúncios importantes, incluindo tarifas "recíprocas" aplicadas a todos os países em 2 de abril, a posterior redução dessas tarifas para 10% por 90 dias, depois das turbulências que elas provocaram nos mercados. O ciclo de retaliações entre os EUA e a China, por sua vez, levou a tarifas proibitivas de ambos os lados.

Também vimos uma queda nos preços das ações, uma volatilidade elevada no mercado e, ainda mais perturbador, a queda do dólar mesmo com os rendimentos dos títulos do Tesouro subindo. Parecia que o capital começava a fugir dos próprios EUA. Não admira que Trump tenha recuado. Ao tentar "tarifar" o mundo inteiro, ele deveria ter levado em conta que, no final de 2024, estrangeiros detinham US\$ 8,5 trilhões em títulos do Tesouro americano, quase um quarto de toda a dívida pública do país.

A maneira como Trump está operando sua guerra comercial levanta preocupações ainda maiores do que as questões econômicas do protecionismo em si. Sim, as tarifas são um instrumento de política ruim: elas impõem um forte viés pró-mercado interno na produção de bens comercializáveis e uma carga tributária elevada sobre as exportações - indireta (via valorização da taxa de câmbio real) e direta (via alta nos preços dos insumos).

Ainda mais grave dos que os efeitos econômicos das tarifas, é a maneira como elas estão sendo usadas hoje. Tarifas são **impostos**. Na década de 70, o Congresso concedeu de forma imprudente ao presidente o poder de impor esses **impostos** a seu

bel-prazer, em resposta a uma "emergência"-ainda que imaginária. Isso é despotismo clássico. Agora, sem surpresa, Trump está explorando esse poder para criar o caos. Ninguém em sã consciência pode acreditar que isso levará à reindustrialização dos EUA. Na verdade, o resultado será uma paralisação dos negócios, o aumento dos preços e a desaceleração da economia.

Evitar esse caos foi um dos benefícios de acabar com o poder arbitrário. No fim do século XVII, o Estado britânico se tornou capaz de tomar empréstimos de grandes somas por longo prazo e baixo custo. Esse foi o fruto da confiança. Foi uma das bases do florescimento das finanças nos séculos XVIII e XIX. Isso, por sua vez, foi um poderoso estímulo à revolução industrial e ao posterior aumento da prosperidade.

Déspotas imprevisíveis geram desperdício, medo e uma incerteza generalizada-inimigos declarados da prosperidade. As guerras comerciais voláteis de Trump e a demolição do sistema comercial global estão demonstrando isso em tempo real.

Agora, espera-se que os EUA firmem acordos comerciais com mais de 180 países em cerca de 84 dias. Isso é ridículo. Mesmo que tais "acordos" forem fechados, eles durarão? É duvidoso. Como as empresas podem planejar investimentos de longo prazo em meio ao caos que estão vendo? Afinal, as empresas pensam em termos de anos, e não dias. Com toda a sua burocracia partidária, a China de Xi Jinping agora oferece mais previsibilidade para as empresas do que os EUA. Isso é chocante. É escandaloso. As pessoas que apoiaram Trump deveriam saber que, totalmente liberado, ele inevitavelmente semearia o caos.

O culto ao "homem forte" é uma tolice recorrente. Sabemos que o poder absoluto não deve ser confiado a ninguém, e menos ainda aos demagogos que o almejam. A única coisa boa que as políticas de Trump estão conseguindo é demonstrar isso mais uma vez. Elas são prenúncio de caos. O desafio do mundo será sobreviver a essa loucura. O dos EUA, pôr fim a ela. (Tradução de Mário Zamarian)

Martin Wolf é o principal comentarista econômico do Financial Times.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188170>

Importações de produtos chineses dispararam antes de efeitos do tarifaço

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Em meio aos efeitos da guerra comercial detonada pelo governo de Donald Trump, as importações de produtos da China para o Brasil bateram recorde no primeiro trimestre deste ano. Elas somaram US\$ 19,058 bilhões, o que representa crescimento de 34,9% em relação aos valores apurados no mesmo período de 2024 (US\$ 14,124 bilhões), segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Além disso, esse valor das importações é o maior da série histórica do Mdic, iniciada em 1989, para o primeiro trimestre.

O recorde anterior era de 2022 (US\$ 14,708 bilhões).

Os números do Brasil ajudam a ilustrar o movimento adotado pela China, que acelerou as exportações para se antecipar ao tarifaço do presidente dos EUA. Em março, as exportações chinesas para todo o mundo cresceram 12,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

"Houve uma corrida aos navios e uma aceleração importante das exportações chinesas para o mundo inteiro entre o fim do ano passado e o primeiro trimestre deste ano", afirma Livio Ribeiro, sócio da consultoria BRCG e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre). "A China saiu loucamente exportando para tentar fechar contratos numa estrutura tarifária anterior." Os produtos chineses responderam por 28,3% das importações brasileiras no primeiro trimestre. Até agora, o resultado de 2025 foi influenciado, sobretudo, pela importação de US\$ 2,662 bilhões em plataformas e embarcações. A segunda encomenda vinda da China mais demandada pelos brasileiros foi a de válvulas e tubos (US\$ 1,014 bilhão).

"Desde o ano passado, a China está oferecendo condições vantajosas para que os importadores brasileiros sejam tentados a comprar produtos que, eventualmente, nem estejam precisando naquele momento", afirma José Augusto de Castro, presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

No ano passado, as importações da China somaram US\$ 63,636 bilhões, alta de 19,7% na comparação com 2023.

INCERTEZA. A incerteza tem dominado o comércio global desde que o presidente Trump passou a adotar a política tarifária de maneira agressiva em seu novo mandato. Na semana passada, a Casa Branca anunciou que as tarifas impostas aos produtos chineses chegaram a 145%. Para os demais países, as tarifas recíprocas anunciadas por Trump foram pausadas em 10% por 90 dias. Em resposta aos americanos, a China adotou tarifas de 125%.

Especialistas ainda tentam entender qual será o novo equilíbrio do comércio global. A maior dúvida é o que vai ocorrer com o excedente de produtos chineses se o país asiático tiver mais dificuldade para acessar o mercado dos EUA. Uma das hipóteses é os chineses inundarem o resto do mundo com seus produtos de baixo custo.

A China exporta anualmente US\$ 450 bilhões para os EUA.

"Se me perguntassem em 1.º de janeiro, eu diria que o avanço da importação (de produtos chineses) continuaria em 2025, mas num ritmo menor, porque o crescimento brasileiro vai ser menor este ano. Agora, com essas medidas de Trump, o cenário muda muito, porque haverá uma sobreoferta de produtos chineses", afirma Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Brasil. "Vai haver desvio de comércio para o mundo. Isso é inevitável." Com uma poupança elevada, os chineses têm uma capacidade de consumo menor do que a de outros países, o que pode dificultar a absorção de parte desse excedente. Em março, a China anunciou um plano para aumentar a renda e estimular o consumo - o país tem como meta crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de "cerca de 5%" neste ano.

"A prescrição óbvia seria a China implementar políticas que estimulasse o consumo doméstico e desestimulasse a poupança. Ainda que o governo chinês esteja falando sobre isso de maneira mais clara, as políticas que foram colocadas na rua não fazem isso", afirma Ribeiro.

Se a China falhar no plano de estimular o consumo e o

comércio internacional permanecer travado, os produtos chineses devem começar a inundar outros mercados, como o brasileiro. "A China vai tentar vender (seus produtos) a qualquer preço, e o Brasil vai tentar evitar que eles entrem a qualquer preço", afirma Castro. "O Brasil vai ser o país de destino de uma parcela das exportações que iriam para os EUA." Em novembro passado, os presidentes do Brasil e da China assinaram 37 acordos bilaterais nas áreas de agricultura, indústria, investimentos e infraestrutura numa visita do presidente chinês, Xi Jinping, ao Brasil. Em maio, deverá ser a vez de Lula visitar a China.

"Todos os países podem ser os recipientes desses produtos.

A questão é que o Brasil, como México, Europa e países do Sudeste Asiático, tem uma indústria suficientemente sofisticada, se não para competir, para ao menos fazer lobby", afirma Ribeiro. Em sua avaliação, o grande problema será uma reação em cadeia, com os países impondo tarifas no comércio global. "Aí, a coisa sai do controle, porque todo mundo começa a taxar todo mundo." |

Representatividade

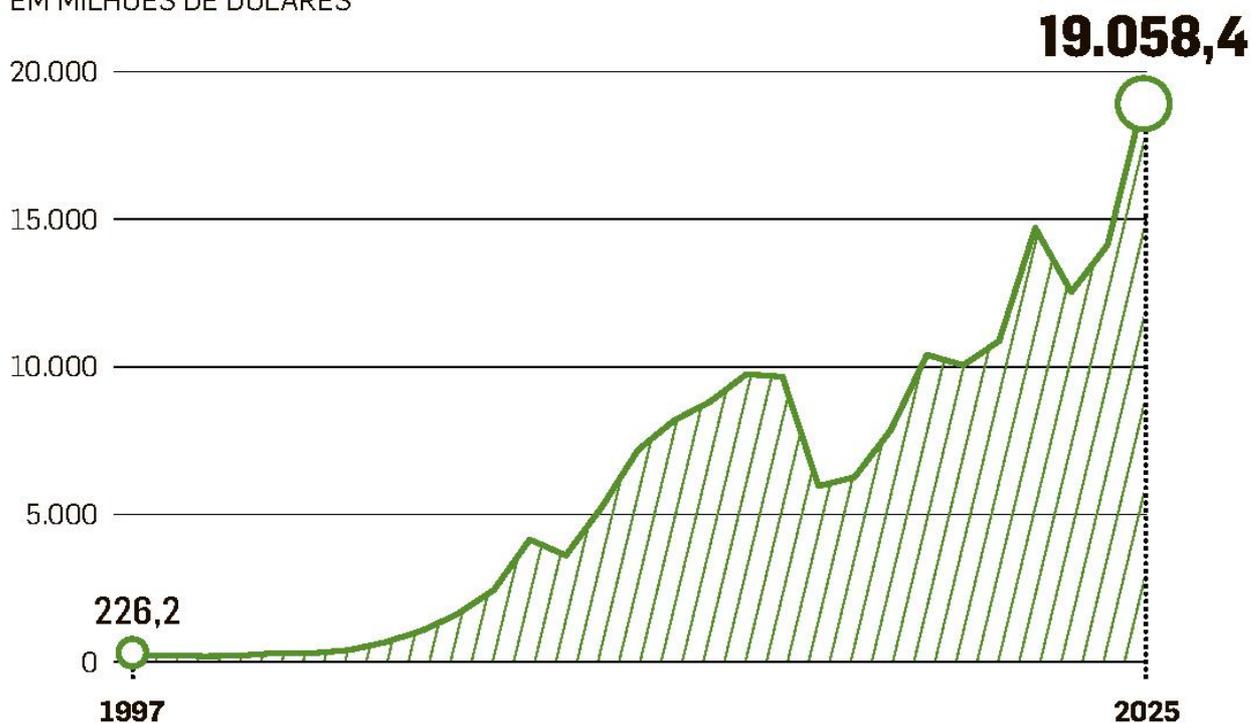
Produtos chineses responderam por 28,3% das importações brasileiras no 1º trimestre

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PRESENÇA CHINESA

Compra de produtos da China bate recorde no primeiro trimestre

EM MILHÕES DE DÓLARES



FONTE: MDIC / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Supermercados faturam R\$ 1,06 trilhão em 2024

JÚLIA PESTANA

As redes de supermercados faturaram R\$ 1,067 trilhão em 2024 no Brasil, valor equivalente a 9,12% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do País. Os dados são de ranking da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), elaborado em parceria com a NielsenIQ.

Para chegar ao faturamento total do setor, a associação considerou todos os formatos de operações: de atacarejos e minimercados a e-commerce, lojas de conveniência e hortifrúteis.

Em todos esses formatos, o setor gera mais de 9 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos considerando todo o território nacional.

A pesquisa, contudo, não especifica se todos esses postos estão ocupados. Em março, o vice-presidente da Abras, Marcio Milan, havia mencionado que o setor passa por dificuldades para a contratação de mão de obra, acumulando cerca de 357 mil vagas em aberto.

Em contrapartida, o número de lojas físicas cresceu 2,3% em 2024 ante 2023, passando de 414.663 para 424.120 unidades.

Para o presidente da Abras, João Galassi, a abertura de novas lojas reflete a resiliência do varejo alimentar, mesmo em períodos macroeconômicos desafiadores, como os atuais, de **inflação** mais alta.

"Os resultados reforçam nossa importância estratégica, destacando a força e a capacidade de crescimento contínuo de um setor vital para a economia e para a população brasileira", afirmou.

MAIORES REDES. O ranking Abras ainda destacou que, entre as 30 maiores redes supermercadistas do País, o grupo Carrefour Brasil se manteve na liderança pelo nono ano consecutivo, com faturamento de R\$ 120,5 bilhões em 2024.

Em segundo lugar, aparece o Assaí Atacadista, com R\$ 80,5 bilhões, seguido pelo Grupo Mateus, que faturou R\$ 36,3 bilhões no ano passado. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Base do orçamento

THAÍS BARCELLOS E BRUNA LESSA

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ontem a proposta que dará as bases do Orçamento de 2026, o último ano do seu terceiro mandato. A equipe econômica liderada pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) prevê um superávit de R\$ 38,2 bilhões. Para isso, porém, será preciso de um montante de R\$ 118 bilhões em receitas extras. Além disso, uma parcela de R\$ 55 bilhões em despesas com precatórios (decisões judiciais) fica fora do cálculo final. Mesmo assim, a dívida pública seguirá em alta.

O projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) estabelece uma meta positiva de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2026, com limite de tolerância entre zero e superávit de 0,50% do **PIB** (R\$ 68,5 bilhões). É esse o alvo que o governo precisará buscar.

Na prática, em pleno ano eleitoral, será a primeira vez que o governo terá obrigação de entregar as contas no azul. A meta de 2025 é zero, ou seja, de equilíbrio entre despesas e receitas. Nos últimos dois anos, o resultado final foi de déficit. Mas com a meta estabelecida para 2026, a margem inferior de tolerância ainda será positiva.

SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 1.630

Sem avançar em medidas efetivas de cortes de gastos, a dependência do governo de medidas extraordinárias de arrecadação gera dúvidas no mercado financeiro em relação à capacidade do Executivo de entregar as metas definidas.

As medidas de arrecadação ainda estão sendo debatidas pela equipe econômica e serão divulgadas junto com o projeto de lei orçamentária anual, que tem de ser enviado até 31 de agosto. Mas o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, garantiu que não envolvem aumento de alíquotas de **impostos**. Segundo ele, são três eixos principais: facilitação de resolução de litígios, simplificação e garantia de crédito tributária.

-As medidas (de arrecadação) que estão em estudo são medidas que visam ao aperfeiçoamento do sistema e à facilitação de recuperação do passivo tributário, essas medidas não envolvem o aumento de alíquota ou da tributação - afirmou Malaquias, na

entrevista de apresentação da LDO.

Pelo lado das despesas, há dificuldades em meio à crescente pressão nos gastos obrigatórios. Os benefícios previdenciários, por exemplo, devem crescer de R\$ 1,015 trilhão este ano (8,0% do **PIB**) para R\$ 1,130 trilhão (8,2% do **PIB**). O governo prevê um salário mínimo de R\$ 1.630 no ano que vem, número usado como referência para essas despesas.

O projeto apresentado ontem não especifica como o governo irá gastar em 2026, apenas dá linhas gerais. Porém, alguns números já são conhecidos. Uma das previsões é que as emendas parlamentares cheguem a pelo menos R\$ 52,9 bilhões, um pouco superiores aos R\$ 50,4 bilhões deste ano. O número pode aumentar durante a tramitação do Orçamento.

RISCO DE APAGÃO EM 2027

A conta para o ano que vem considera um desconto de R\$ 55,1 bilhões para pagamento de precatórios fora da meta fiscal -no total, serão R\$ 115 bilhões dessas despesas. Caso contrário, a previsão seria de déficit de R\$ 16,9 bilhões. Essa retirada da meta só vale até 2026 e isso foi autorizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2027, essa autorização deixa de existir. O que significa que o valor integral dos precatórios passa a ser incluído na conta da meta fiscal, o que reduz o espaço para as chamadas despesas discricionárias (que o governo pode manejar com mais liberdade, como investimentos, programas sociais e custeio da máquina pública).

Pelas projeções do governo, as despesas "livres" do governo cairiam de R\$ 208,3 bilhões em 2026, ano eleitoral, para R\$ 122,2 bilhões no exercício seguinte - uma queda de R\$ 86,1 bilhões. Desse valor ainda haveria uma reserva de R\$ 56,5 bilhões para emendas parlamentares. Ou seja, o governo teria apenas R\$ 65,7 bilhões livres num Orçamento que passa de R\$ 2 trilhões.

- E um número que comprometeria a realização de políticas públicas - disse o secretário de Orçamento, Clayton Montes.

DÍVIDA VAI A 81,8% DO **PIB**

O governo estima que a dívida pública fechará 2025 em 78,5% do **PIB** e subirá a 81,8% de toda a riqueza

do Brasil no ano que vem. O teto, segundo estimativas da equipe econômica, será de 84,2% do **PIB** em 2028. Depois, a dívida começaria a cair, mas sempre acima do patamar de 80% pelo menos até 2035 - uma espécie de referência para alta da dívida do país.

A relação da dívida como proporção do PIB é considerada como o conceito mais adequado para medir e comparar o endividamento das nações. A dívida do Brasil é considerada alta e cara, em relação aos pares emergentes. O dado de ontem inclui números do governo federal e de governos estaduais e municipais.

Para o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, as projeções para 2026 são pouco realistas. Ele diz que seria necessário aumento da receita primária de 0,4 ponto percentual do **PIB** em dois anos, considerando o resultado de 2024, que já teve nível elevado de arrecadação.

Do lado das despesas, Salto considera que a projeção para o salário mínimo está subestimada. "Em conclusão, é pouco realista o PLDO divulgado hoje. A Warren Rena prevê déficit primário de 0,8% do **PIB** em 2026, descumprindo a meta de 0,25% do PIB, mesmo com exclusão de precatórios excedentes e banda de tolerância", disse Salto, em nota.

Já o economista do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, diz que não é impossível cumprir a meta de 2026, considerando a exclusão dos precatórios e a margem de tolerância:

-O que é preocupante é estar mantendo essa trajetória de aumento de despesa permanente cumprindo metas com receitas não recorrentes.

O maior problema, porém, avalia Bittencourt, é a trajetória de 2027 para frente com a entrada integral do pagamento de precatórios na conta. Ele afirma que o patamar de despesas discricionárias já é baixo em relação ao histórico brasileiro em 2025, mas o nível para 2027 é irreal. Para 2026, a projeção é de 1,5% do **PIB**, o menor do governo Lula 3, e para 2027, de 0,8%.

- Trajetórias de receitas e despesas são pouco plausíveis, mas mostram o tamanho do desafio a partir de 2027. Isso traz dúvida sobre o conjunto de regras fiscais. Se esse é o esforço para alcançar as regras, é provável que sejam revistas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

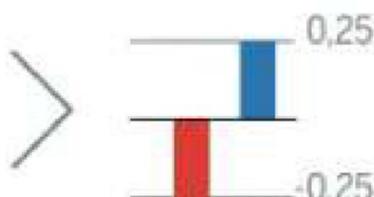
O QUE PREVÊ A LEI DE DIRETRIZES



META DE SUPERÁVIT DE 2026

R\$ 34,3 bilhões
(0,25% do PIB)

ADMITE-SE **FLUTUAÇÃO** AO REDOR
DA META EM VALOR EQUIVALENTE A
0,25% do PIB



Resultado previsto

R\$ 38,2 bi

Valor fora da meta

R\$ 55,1 bi
(precatórios)



DÍVIDA PÚBLICA
EM 2026
81,8% do PIB



SALÁRIO MÍNIMO
R\$ 1.630,00

EDITORIA DE ARTE

União pagou R\$ 2,5 bi de dívidas de estados e municípios no 1º tri

BERNARDO LIMA

O governo federal pagou R\$ 2,5 bilhões em dívidas de estados e municípios assumidas pela União no primeiro trimestre. O pagamento da dívida do estado de Minas Gerais foi o que mais pesou no orçamento do Tesouro Nacional, sendo responsável por 48% (R\$ 1,198 bilhão) dos créditos garantidos nos primeiros três meses deste ano. A informação consta no Relatório Mensal de Garantias Honradas pela União do Tesouro Nacional.

O Estado do Rio é o segundo ente subnacional (estado ou município) que teve mais dívidas honradas pelo governo, com R\$ 539 milhões.

Entre os cinco estados que tiveram mais dívidas pagas pela União neste ano, quatro aderiram ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF): Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

Segundo dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, estes estados apresentaram uma piora em seu endividamento com a União.

De acordo com as informações do órgão do Ministério da Fazenda, a dívida dos estados com a União está em torno de R\$ 760 bilhões. Rio, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são responsáveis por 90% desse montante.

O Rio de Janeiro aderiu ao RRF em setembro de 2017, quando seu saldo da dívida estava em R\$ 81,7 bilhões. Oito anos depois, este montante saltou para R\$ 174,2 bilhões. O governo de Minas Gerais ingressou no regime em junho de 2022, com saldo de dívida em R\$ 120,2 bilhões, que aumentou para R\$ 159,6 bilhões.

Enquanto isso, o Rio Grande do Sul entrou para o RRF com dívida de R\$ 74,5 bilhões em fevereiro de 2022. Atualmente o endividamento está em R\$ 100,2 bilhões. Por fim, o estado de Goiás adotou as regras do regime em agosto de 2021, quando devia R\$ 11,64 bilhões para União. O montante já está em R\$ 18,6 bilhões.

O RRF permite que estados e municípios em situação de desequilíbrio fiscal tenham benefícios, como pagamento de dívidas com a União com

contrapartidas como a não realização de concurso público.

Para tentar resolver o problema da dívida dos estados, o governo criou o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), sancionado pelo presidente Lula em janeiro.

O projeto pode zerar os juros para o pagamento das dívidas dos entes da federação com a União, e os valores ficariam corrigidos apenas pelo IPCA, índice oficial de **inflação**.

O programa de renegociação reduz os juros reais de 4% para até zero a depender de contrapartidas. E muda a regra de atualização monetária da dívida, considerada complexa, para apenas o IPCA.

Para aderir, os estados precisam oficializar a intenção e enviar ofício ao Tesouro Nacional com manifestação do chefe-executivo.

**

Valor pago pelo governo federal por ente

Minas Gerais: R\$1,198 bilhão

Rio de Janeiro: R\$539 milhões

Rio Grande do Sul: R\$421,37 milhões

Goiás: R\$222,87 milhões

Rio Grande do Norte: R\$114,25 milhões

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil vive 'descoordenação entre os Poderes' e precisa de reforma política, diz Sarney

César Felício De Brasília

Perto de completar 95 anos de idade e quatro décadas depois de assumir efetivamente a Presidência da República, o ex-presidente José Sarney afirma que a falta de consolidação partidária no Brasil explica o desequilíbrio entre os Poderes, com o Congresso e o Judiciário extrapolando seu papel. Segundo Sarney, o avanço do Congresso sobre o Orçamento é decorrência da fraqueza partidária, e não o oposto.

Para Sarney, o Brasil vive hoje uma "descoordenação entre os Poderes", com o Judiciário e o Legislativo extrapolando suas atribuições. Na raiz desse desequilíbrio, segundo o ex-presidente, está a debilidade dos partidos políticos. "A integração dos Poderes no sistema 'check and balance', com um controlando o outro, foi muito abalada", diz.

Sarney pretende lançar em breve um livro sobre "o Brasil e seu labirinto" para tentar reavivar a proposta de voto distrital misto e semiparlamentarismo, pauta que circula por gabinetes em Brasília sem nunca engrenar.

Ao lembrar seu governo, Sarney relembra seu embate contra o MDB (à época PMDB) em torno da duração de seu mandato. Foi o momento de maior tensão entre os Poderes. Avançava no Congresso a proposta de se antecipar a eleição presidencial para 1988, e não 1989, como desejava o presidente. A Comissão de Sistematização, que preparou o anteprojeto da Constituição, aprovou a antecipação.

Sarney fez um pronunciamento à época afirmando que havia uma "inversão da ordem constitucional" em uma "ação contra democracia". Nascia naquela época o "Centrão", grupo de parlamentares conservadores que, em troca de favores do governo, breiou a pressão para encurtar o mandato presidencial. Sarney relata que evitou o confronto direto com Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, da Constituinte e do PMDB, "porque significava um grande problema para o país o presidente da República brigar com presidente da Câmara".

Sarney evita comentar diretamente os atos golpistas de 8 de janeiro, em relação aos quais o ex-presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado, mas descarta que o país tenha estado perto de um golpe militar na

ocasião. "Eu tenho a convicção de que quem quiser jogar com as Forças Armadas para fazer qualquer aventura política, pode saber que não contará com eles", disse. O ex-presidente confirma que risco existiu no período da transição do regime militar para o civil.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: O senhor, quando presidente, mencionou várias vezes o risco de ruptura institucional, chegando a dizer que havia, da parte do Congresso, uma "inversão da ordem constitucional", por ocasião da discussão sobre a duração de seu mandato. Estivemos perto de um golpe?

Sarney: Naquele momento tínhamos muitos candidatos à Presidência da República. O Ulysses Guimarães não quis receber o anteprojeto de Constituição feito pela comissão dos notáveis e optou por uma solução em que a própria Assembleia Nacional Constituinte elaboraria a Constituição desde o início, por meio da Comissão de Sistematização. Através da Comissão de Sistematização, esses candidatos à Presidência da República resolveram fazer um golpe na própria Constituinte. Estabeleceram um regimento pelo qual as coisas aprovadas pela Comissão de Sistematização só seriam derrubadas por dois terços do plenário. Eles então teriam a oportunidade de fazer uma Constituição com um anteprojeto votado por essa Comissão de Sistematização por maioria absoluta, ou seja, com o voto de 47 dos 92 integrantes e a mudança em posterior no plenário era quase impossível. A esquerda aproveitou essa sistemática para fazer um projeto de Constituição na comissão muito contrário ao que pensava a média do Congresso. Diante disso houve uma reação muito grande. A maioria se organizou em um grupo, ao qual chamaram de "Centrão", que não votava o projeto socialista que veio da Comissão de Sistematização.

Valor: Projeto que estabelecia eleições presidenciais diretas em 1988, e não em 1989, como ocorreu.

Sarney: O que ocorria? O PMDB, com a minha popularidade no momento que a eleição de 1986 tinha sido realizada, na esteira do Plano Cruzado, fez dois terços da Câmara e do Senado. E a primeira coisa que eles fizeram foi querer reduzir o meu mandato. Na realidade, o meu pensamento era não tratar desse

problema de mandato na Constituinte. Eu queria fazer então o que o presidente Eurico Dutra tinha feito em 1946. Ele tinha um mandato de seis anos também, convocou a Constituinte e abdicou de um ano de mandato e todos acharam que era um grande gesto. Eu, baseado nisso, achei ingenuamente que propondo um mandato de cinco anos, a Constituinte ficaria muito satisfeita, mas a Comissão de Sistematização aprovou um mandato de quatro anos. Se essa decisão prevalecesse eu iria ao Supremo Tribunal Federal, porque a ata que me deram, na minha posse, era de seis anos. O PMDB tinha resolvido me combater, achando que com isso fariam o próximo presidente da República. Todos os candidatos a presidente se voltaram para isso e o que ocorreu? Um vazio. O

PT ocupou esse vazio e se consolidou como um grande partido já na eleição de 1989, quando [Luiz Inácio] Lula [da Silva] disputou com o [Fernando] Collor.

Valor: Foi um momento de grande tensão entre o senhor e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Qual o papel que Ulysses exerceu neste impasse?

Sarney: Ulysses era o homem que tinha vindo da luta contra o regime dos militares. Quando eu assumi a Presidência da República, o cargo veio parar nas minhas mãos porque, na forma da Constituição, deveria ser eu a assumir a Presidência. Mas o poder ficou com Ulysses porque ele era presidente da Câmara, presidente da Constituinte e presidente do PMDB. Ele tinha um poder muito grande. E eu, desde o princípio tinha com ele uma relação muito boa, pessoal, desde o Rio de Janeiro, quando ele tinha sido presidente da Câmara nos anos 50. A minha posição era jamais brigar com o Ulysses, embora a imprensa tenha feito tudo para que eu brigasse com ele. Eu não brigaria com o Ulysses de nenhuma maneira, porque aquilo não ajudaria o país. Significava jogar o país em um grande problema, o presidente da República brigar com o presidente da Câmara, que na ocasião era o presidente do meu partido e da Constituinte. E também ele ficou como o homem que dentro do PMDB tinha uma força muito grande e podia fazer a indicação de cargos que eu procurava sempre seguir, porque o Tancredo [Neves, presidente da República eleito pelo Colégio Eleitoral, que morreu antes de ser empossado na Presidência] tinha assumido compromissos. Resolvi atender aquilo que o Tancredo já tinha assumido o compromisso de fazer. Quando havia muita dúvida, eu então também ouvia o Ulysses.

Valor: Na escolha do ministro da Fazenda em 1987 o Ulysses interveio na indicação que o senhor fez e impediu que Tasso Jereissati assumisse a pasta, impondo o nome de Luiz Carlos Bresser-Pereira...

Sarney: Convidei o Tasso e ele disse que vetava o nome, porque o ministro da Fazenda tinha que ser de São Paulo. Eu então não quis estabelecer um atrito com ele e aceitei a indicação do Bresser.

Valor: O Legislativo naquele tempo avançou nas prerrogativas do Executivo mais do que faz hoje?

Sarney: Eu acho que o Congresso sempre foi o coração da democracia. O Congresso nos últimos anos tem perdido muito peso, muita substância. Está sujeito a um desgaste muito grande e a chave está na questão dos partidos. Sem partido político forte, não há também democracia forte. Bem ou mal, é dentro dos partidos que se formam lideranças e nós temos partidos políticos recentes, formados no presidencialismo de coalizão. O Congresso não funciona mais como instituição destinada a defender os seus programas, os programas dos partidos políticos. E a adesão a esses partidos, não mais foi feita em base nem de ideologia, nem da formação partidária de grandes segmentos da sociedade, nem em programas de governo. E isso, na realidade, fez com que o Congresso fosse constituído fragmentariamente, por partidos em que as adesões são mais por interesses pessoais do que por qualquer outra motivação

Valor: O impasse que vemos hoje em relação às emendas parlamentares, com o avanço do Congresso sobre o Orçamento, é causa ou consequência da fraqueza dos partidos ?

Sarney: É consequência do processo político que temos. Temos que fazer uma **reforma política**. Posso até não estar mais vivo, mas acredito que ela virá e que venha de uma maneira tranquila e não de uma maneira traumática. Em um sistema normal, de partidos fortes, não haveria isso.

Valor: Neste ambiente de impasse entre o Executivo e o Legislativo o Judiciário não ganha um protagonismo excessivo?

Sarney: Com a fraqueza dos partidos e do Congresso, o Judiciário também sofreu uma mudança que foi bem sintetizada pelo ministro Nelson Jobim: politização da justiça e judicialização da política. A judicialização da política, de certo modo, deu ao Judiciário, um certo abalo de funções. Muitas vezes o Judiciário extrapola suas atribuições e o Congresso também está extrapolando, o que mostra uma descoordenação entre os poderes. A integração dos poderes no sistema 'check and balance', com um controlando o outro, foi muito abalada.

Valor: Como o senhor vê a atuação do ministro Flávio

Dino ao condicionar execução de emendas parlamentares a regras de transparência? Houve extrapolação neste caso?

Sarney: É do meu estilo não julgar decisões do Judiciário. O ministro Flávio Dino é muito capaz, com uma grande cultura jurídica e desempenha suas funções da melhor maneira possível, em que ele acredita no que está fazendo.

Valor: Sobre a questão militar. O senhor acha que nos anos 80 os militares poderiam não aceitar a vitória da esquerda, particularmente de Leonel Brizola, se as eleições diretas fossem antecipadas ?

Sarney: Havia uma área militar no Rio de Janeiro, que tinha uma restrição muito grande ao Brizola, mas essa restrição não impediu que ele fosse governador no momento em que a revolução ainda tinha força. A minha experiência e a minha vivência, com a maneira com que eu participei desses fatos todos, identifica que desde o início do processo da transição os militares se fixaram na questão da anistia. A posição que o perdão tinha que ser para os dois lados. Houve uma costura que nos levou à transição para o poder civil. No momento em que se encontrou a fórmula da anistia para os dois lados se ultrapassou a resistência dos militares à abertura.

Valor: Mas houve possibilidade de golpe militar durante seu governo?

Sarney: Durante o meu governo houve a iniciativa do então ministro do Exército do governo Figueiredo, Walter Pires, de não me dar posse. O então ministro da Casa Civil, Leitão de Abreu, o dissuadiu. O meu ministro do Exército, Leôni-das Pires Gonçalves, tinha tido a precaução de se articular com os comandantes. Estávamos com vacina contra o golpe. Mesmo assim tentaram não me dar posse.

Valor: A indisciplina militar protagonizada durante o seu governo pelo então capitão Jair Bolsonaro não o preocupou?

Sarney: Não teve nenhuma repercussão. Não foi rebelião, foi uma reivindicação de salário. Não chegou nem à minha deliberação.

Valor: Temos hoje a investigação sobre a possível tentativa de golpe militar que teria culminado no 8 de Janeiro. O que o senhor acha que aconteceu naquele dia?

Sarney: Eu acho, pelo que li nos jornais, que houve uma manifestação de insatisfação com a eleição do Lula, partindo de dentro do governo daqueles que tinham perdido a eleição. Mas não conheço o

processo. Isso está sendo julgado pela Justiça, de maneira que eu não tenho dados para afirmar, senão aqueles publicados nos jornais, que realmente nós corremos um risco, mas eu pessoalmente conheço as Forças Armadas, sei do sentimento que passaram a ter depois do meu governo, de voltar aos quartéis e abandonar o militarismo, que é a agregação do poder político ao poder militar. Sei que eles jamais teriam uma manifestação contra as instituições. Eu tenho a convicção de que quem quiser jogar com as Forças Armadas para fazer qualquer aventura política, pode saber que não contará com eles. Eles serão mantenedores da democracia e da ordem constitucional. Eu governei com duas diretrizes em relação aos militares, com absoluto êxito. Eu disse a eles todos que eu era o comandante. O dever de todo o comandante é zelar pelos seus subordinados e que qualquer problema que tivesse em relação a eles, quem os defenderia seria eu, como comandante. A segunda diretriz era que a transição seria feita com as Forças Armadas e não contra as Forças Armadas. Estava seguindo uma diretriz que foi assinada por nós todos quando constituímos a aliança para eleger Tancredo. Sem essa diretriz realmente a eleição do Tancredo seria inviável.

Valor: O senhor disse em entrevistas que está preparando um livro sobre uma reforma eleitoral. O que o senhor sugere exatamente?

Sarney: Eu estou trabalhando no livro sobre o Brasil e seu labirinto, em que eu estou identificando problemas todos que nós vivemos e quais são, a meu ver, a solução deles. Uma opinião pessoal em relação aos partidos políticos, a reforma eleitoral. Que eu acho que é o mais importante que nós temos que fazer.

Valor: E que ideia que o senhor tem a respeito de uma reforma eleitoral?

Sarney: Eu acho que nós devemos sair desse sistema atual. Em vez de presidencialismo de coalizão, nós devemos fazer é um parlamentarismo aliviado, como é o da França e como é o de Portugal, na qual o primeiro-ministro não pode ser destituído a qualquer momento e também a reforma do voto, para acabar com esse voto proporcional e adotar o sistema alemão, a metade e o voto proporcional e a metade do voto distrital. Porque hoje, com esse sistema atual, os candidatos não se fixam naquilo que eles pensam e nem enfrentam o outro lado, que seria opositor a ele. Os candidatos brigam dentro do seu próprio partido, porque o sistema proporcional leva a que essa briga seja interna. O deputado sai do seu núcleo e entra no núcleo dos outros em todo o estado, como um predador do voto. Os outros também fazem a mesma coisa em relação a ele.

Valor: Como o senhor vê a ascensão global da direita, aliada a um poder das big techs que ignora fronteiras nacionais? A democracia está ameaçada?

Sarney: Eu não sou pessimista em relação ao futuro, sou otimista. Acho que o homem está em uma evolução permanente. Ele não vai aceitar domínio das máquinas. Eu acho que esse problema de achar que a direita está tomando conta de tudo são ciclos da humanidade. Quando a esquerda dominou tudo, ninguém disse que ia acabar a democracia. A direita vai cair ali na frente, e vamos ressuscitando. Esses movimentos não são capazes de destruir a democracia, porque tem se criado uma consciência, em cada um de nós, de preservar o regime da democracia .

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188170>